UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARIA RARYANNE FREITAS DE OLIVEIRA

ENQUADRAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA LEITURA DAS MOBILIZAÇÕES ANTIFASCISTAS NO BRASIL

RECIFE

2023

MARIA RARYANNE FREITAS DE OLIVEIRA

ENQUADRAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA LEITURA DAS MOBILIZAÇÕES ANTIFASCISTAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientador: Mestre Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes

Coorientador: Dr. Mauro Victoria Soares

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Maria Raryanne Freitas de.
Enquadramentos teóricos para uma leitura das mobilizações antifascistas no Brasil / Maria Raryanne Freitas de Oliveira. - Recife, 2023.
69 p.

Orientador(a): Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes
Cooorientador(a): Mauro Victoria Soares
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2023.
8,34.
Inclui referências.

1. Democracia. 2. Participação Política. 3. Manifestações. 4. Fascismo. 5. Ação. I. Gomes, Jorge Henrique Oliveira de Souza. (Orientação). II. Soares, Mauro Victoria. (Coorientação). IV. Título.

320 CDD (22.ed.)

MARIA RARYANNE FREITAS DE OLIVEIRA

ENQUADRAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA LEITURA DAS MOBILIZAÇÕES ANTIFASCISTAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência Política, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Aprovada em: 15/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Mestre Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Dr. Mauro Victoria Soares (Coorientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Palloma Manuelle Marciano de Freitas
Universidade Federal de Pernambuco

Dra. Virginia Rocha da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, à Nª Srª da Conceição e aos meus guias espirituais e protetores, que me concederam força e sabedoria para alcançar mais esta importante etapa da minha vida.

À minha querida avó Ednalva Freitas, minha inspiração e exemplo de resiliência, e à minha mãe, Rita Raquelle, que sempre me apoiou incondicionalmente, proporcionando estabilidade durante toda a graduação, minha gratidão eterna. Ao meu falecido pai, Carlos Oliveira, agradeço pelo conhecimento e perseverança que herdei, além do apoio durante a celebração da minha aprovação na graduação, memórias que permanecem vivas em meu coração. Aos meus irmãos, Maryanne Freitas e João Carlos Freitas, por todo acolhimento, carinho e preocupação, e a toda minha família — Silvana, Bárbara, Arthur, Brian, Bruno, Rarilson, João P., Lucas e tantos outros —, meu muito obrigado. Não poderia deixar de mencionar minha companheira de quatro patas, Loren, cuja sensibilidade trouxe conforto em momentos difíceis, tornando tudo mais leve e amoroso.

Agradeço às amigas Débora Prestrêlo, Renata Oliveira e Geórgia Ribeiro, que fizeram este ciclo mais leve, trazendo risadas, cafés e sendo minha fonte de motivação. À Patrícia Prestrêlo, Josenildo, Neuma Oliveira, Edson Oliveira e Verônica Ribeiro, minha gratidão pelo cuidado, acolhimento e suporte ao longo dessa jornada.

Ao meu orientador e amigo Jorge Oliveira, minhas palavras são insuficientes para expressar o quanto sua liderança, motivação e domínio do tema foram cruciais para este trabalho. Ao professor Mauro Soares, meu agradecimento por aceitar ser meu coorientador e por fornecer todo o apoio necessário.

Aos meus colegas de classe, sou profundamente grata. Fui afortunada por estar cercada por uma turma tão acolhedora, solícita e unida, que contribuiu para meu amadurecimento e autoconhecimento.

Aos amigos próximos e a todos que fizeram parte dessa caminhada — Rosaly Oliveira, Márcio Moitinho, Vitor de Moura, Gabriel Queiroz, Maria Luiza Cavalcanti, Mário Lucas, Tathiana Arôxa, Elton Amâncio, Jocinara Kelly, Kleber Corrêa, Gabriel Sousa, Gerson Rodrigues, Mariana Barboza, Lara Pereira, Carmem Larissa, Nathália Araújo, Paulo Sneff, Rodrigo Lima e a Banda Dead Fish, e tantos outros que não consigo citar —, minha gratidão. Vocês foram imprescindíveis.

Por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido, mesmo quando o sonho parecia distante. Sou grata à criança dentro de mim, que nunca deixou de acreditar, e à adulta que tem coragem de realizá-los.

"E se um dia tivéssemos que resistir,
e se tudo que fizéssemos fosse em vão?
A vida mesmo assim teria uma razão.
Manter-se de pé e esperar.
E se não fossemos tão jovens ainda
estaríamos aqui?
E se não pudéssemos mais cantar,
nem reclamar
nem protestar?"

(Mulheres Negras, Dead Fish)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso em Ciência Política tem como objetivo central analisar as manifestações antifascistas no Brasil, ocorridas entre 2018 e 2020, com foco em suas dinâmicas, características e fundamentos teóricos. A partir de uma abordagem crítica, busca-se compreender os enquadramentos teóricos provenientes da Ciência Política e das Ciências Sociais que sustentam a análise desses movimentos, explorando também a interação entre redes sociais, resistência política e estratégias de mobilização em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Utilizando-se da revisão de literatura relevante, o estudo examina como o cenário de ascensão de movimentos e governos de extrema-direita no Brasil potencializou a organização e articulação das mobilizações antifascistas, sobretudo com o papel fundamental das redes sociais na disseminação de ideias e na coordenação de ações coletivas. O trabalho propõe uma leitura informativa das mobilizações, contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico sobre o tema e para a promoção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Democracia; Movimentos antifascistas; Participação Política; Ação Coletiva; Manifestações; Redes Sociais; Fascismo.

ABSTRACT

This Political Science thesis aims to analyze antifascist demonstrations in Brazil between 2018 and 2020, focusing on their dynamics, characteristics, and theoretical foundations. Through a critical approach, the study seeks to understand the theoretical frameworks from Political Science and Social Sciences that support the analysis of these movements, while also exploring the interaction between social networks, political resistance, and mobilization strategies in defense of democracy and human rights.

By reviewing relevant literature, the research examines how the rise of far-right movements and governments in Brazil has strengthened the organization and articulation of antifascist mobilizations, emphasizing the crucial role of social media in spreading ideas and coordinating collective actions. This study offers an informative perspective on these movements, contributing to a deeper academic debate on the subject and fostering a more democratic and inclusive society.

Keywords: Democracy; Antifascist Movements; Political Participation; Collective Action; Protests; Social Networks; Fascism**.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

CONTEXTO DO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO.....11

FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA.....12

1. TEORIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....19

2. TEORIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....23

3. TEORIA DAS ELITES.....26

4. TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....29

5. TEORIA DA AÇÃO COLETIVA.....33

REPENSANDO A PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES E PROTESTOS.....37

CICLO DE PROTESTOS: AS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL (2013-2020).....41

AS FACES DO FASCISMO.....50

RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA.....53

CONCLUSÃO.....57

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....62

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca identificar os enquadramentos teóricos mais relevantes da Ciência Política e das Ciências Sociais para compreender criticamente as mobilizações antifascistas no Brasil entre 2018 e 2020. Seu objetivo central é revisar e analisar os aportes teóricos que permitem uma leitura informada dessas manifestações, destacando sua dinâmica e implicações no contexto sociopolítico brasileiro.

Este trabalho busca responder à pergunta de pesquisa — quais os possíveis enquadramentos teóricos da Ciência Política e das Ciências Sociais permitem uma leitura crítica e informada das mobilizações antifascistas no Brasil? Para isso, mobiliza autores clássicos e contemporâneos, como Aristóteles, Platão, Schumpeter, Dahl, Habermas, Fung, Norris, Olson, Pateman, Weber, Tarrow, Tilly, Pareto, Doria, Stokes, Aytaç, Mills, Eco, entre outros.

Adotamos como estratégia a revisão da literatura relevante em Ciências Sociais e Política para aprofundar a compreensão teórica sobre as manifestações antifascistas brasileiras ocorridas entre 2018 e 2020. No qual o objetivo é analisar as manifestações sob a ótica das principais teorias da Ciência Política e Ciências Sociais, contextualizando-as no cenário brasileiro e expandindo o debate para além dos enfoques tradicionais de história e antropologia.

Este trabalho enriquece a Ciência Política ao oferecer um arcabouço teórico que analisa as mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020). Ao integrar diferentes teorias, revela novas perspectivas sobre a dinâmica desses movimentos, destacando sua importância na resistência democrática e na defesa dos direitos humanos.

CONTEXTO DO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO

Em junho de 2013, o Brasil presenciou uma onda histórica de protestos iniciada em São Paulo, motivada pelo aumento das tarifas de transporte público. As manifestações logo se expandiram para diversas cidades e abraçaram pautas como a qualidade dos serviços públicos, corrupção, inflação e violência urbana. Reunindo milhares de pessoas, os protestos foram majoritariamente pacíficos, mas também marcaram episódios de violência e vandalismo (LIMA, 2018).

As manifestações de junho de 2013 foram amplamente divulgadas nas redes sociais, atraindo diversas classes sociais e marcando um marco de mobilização popular no Brasil. Apesar da forte repressão policial e da desqualificação midiática, os protestos evidenciaram a insatisfação com as políticas públicas e os serviços oferecidos pelo Estado (SILVA, 2015). Entre 2014 e 2020, outras manifestações mantiveram sua relevância, fortalecendo a consciência política em meio à polarização ideológica e destacando dinâmicas de engajamento e resistência.

Entre 2014 e 2020, as mobilizações sociais no Brasil assumiram novas formas, destacando-se pela crescente polarização política e ideológica. Durante as eleições de 2018, marcadas pela disputa entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, a disseminação de discursos de ódio e intolerância alarmou diversos setores da sociedade, impulsionando uma maior mobilização antifascista naquele ano. Movida pela defesa de valores democráticos e dos direitos humanos, essa mobilização foi articulada majoritariamente pelas redes sociais, que facilitaram a organização e amplificação de vozes de resistência. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Recife tornaram-se palcos de

manifestações que rejeitaram a retórica autoritária e reforçaram o compromisso com a democracia.

As tensões políticas e sociais de 2018 ecoaram em 2019, com mobilizações centradas na reforma da previdência, no contingenciamento da educação e na defesa da Lava-Jato, enquanto movimentos de extrema-direita ganharam força com discursos conservadores e ultraliberais (ABRANCHES et al., 2019). Nesse cenário polarizado, as manifestações antifascistas emergiram como resposta crucial à ascensão da extrema-direita e ao enfraquecimento democrático, reunindo diversos grupos em cidades brasileiras para defender a democracia e os direitos humanos, combatendo o autoritarismo e o fascismo (CERREIA, 2018; PINHEIRO, 2019).

A análise dessas mobilizações permite compreender suas estruturas e motivações, destacando seu papel na defesa da democracia, dos direitos humanos e na luta contra desigualdades. Por fim, este trabalho contribui para os estudos em Ciência Política ao oferecer uma base teórica sólida que dialoga com os desafios históricos e contemporâneos do Brasil.

FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA

Para compreender as mobilizações antifascistas no Brasil sob uma perspectiva teórica, é essencial revisitar as bases do modelo democrático a partir de autores clássicos. Essa abordagem permitirá contextualizar os princípios fundamentais da democracia e como eles influenciam a organização social e política, conectando-os diretamente às dinâmicas das mobilizações que serão analisadas à luz do arcabouço teórico das Ciências Sociais e Política.

Com o objetivo de estudar as dinâmicas das mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), sob uma perspectiva democrática, é essencial revisitar o surgimento e os fundamentos do modelo democrático. Os primeiros registros sobre a democracia surgiram na Grécia Antiga, elaborados por Sócrates, Platão e Aristóteles, considerados precursores do conhecimento atual sobre o tema. Durante a Grécia Antiga, a democracia era exclusiva para os cidadãos, ou seja, apenas homens adultos livres nascidos em Atenas possuíam o direito a participar das assembleias populares e tomar decisões políticas.

A compreensão do conceito de democracia remonta à Grécia Antiga, onde pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles discutiram os fundamentos de organização política e justiça. Embora suas ideias sobre democracia fossem frequentemente críticas e elitistas, eles estabeleceram bases conceituais que influenciaram significativamente o pensamento político posterior. Para Platão, em *'A República'* (2021), apresenta a ideia de um governo ideal liderado por 'reis-filósofos', enquanto Aristóteles, em sua obra 'Política', propôs uma análise das diferentes formas de governo, incluindo a democracia, considerando-a o 'governo de todos' quando voltado ao bem comum.

Essas discussões clássicas, embora importantes para compreender os fundamentos do pensamento político, se ampliaram e evoluíram ao longo dos séculos. Autores modernos como Schumpeter, Dahl e Bobbio reinterpretaram e criticaram as ideias clássicas à luz dos desafios das democracias contemporâneas. É nesse percurso de reflexão teórica que este trabalho se insere, com o objetivo de articular teorias contemporâneas para analisar as mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), evidenciando como os conceitos de democracia participativa,

movimentos sociais e ação coletiva dialogam com os desafios da atualidade.

Aristóteles, em '*Política'* (2019), aborda conceitos essenciais sobre governança, destacando o equilíbrio entre interesses públicos e privados e a busca pelo bem comum. Suas reflexões sobre o 'governo da maioria com a minoria virtuosa' permanecem relevantes para debates sobre justiça e participação política. Embora concebidos no contexto das cidades-estados gregas, esses conceitos oferecem bases teóricas valiosas para entender a democracia como um instrumento de inclusão e justiça social, aspectos cruciais para as mobilizações sociais.

Complementando as reflexões teóricas sobre a democracia, autores mais recentes, como o austríaco Schumpeter e o norte-americano Robert Dahl, oferecem perspectivas que conectam o papel da democracia aos desafios das sociedades modernas. Ambos descrevem a democracia como um sistema político que deve ser entendido em termos empíricos, na prática, funciona a partir de um conjunto de instituições e procedimentos que possibilitam a competição entre elites políticas pelos votos dos cidadãos (PALASSI FILHO, 2016).

Continuando à análise sobre as diferentes perspectivas teóricas da democracia, Schumpeter (2017) apresenta uma perspectiva inovadora ao argumentar que a democracia é, essencialmente, um método político para alcançar decisões coletivas. A sua contribuição se apresenta como um marco importante na compreensão de sistemas democráticos contemporâneos. Em sua teoria minimalista da democracia propôs uma concepção elitista e procedimental, destacando a competição entre elites políticas como um elemento central para o funcionamento das instituições democráticas.

Schumpeter (2017), argumenta que a democracia é um método político baseado na escolha de líderes por meio de eleições livres e competitivas. No entanto, o autor destaca que a democracia não assegura uma participação igualitária de todos os cidadãos nas decisões políticas, sendo estruturada como um sistema no qual elites políticas são eleitas para representar os interesses da sociedade. Essas elites, segundo Schumpeter (2017), assumem a responsabilidade pelas tomadas de decisão, enquanto o método majoritário garante que sejam escolhidas de maneira livre e justa.

Além disso, o autor defende que a democracia é um sistema dinâmico, capaz de se adaptar às mudanças sociais e econômicas. Ou seja, permite a ascensão de novos grupos e interesses, ajustando-se às transformações do mundo e evoluindo constantemente para enfrentar novos desafios, o que é essencial para sua sobrevivência a longo prazo. Embora não seja considerada um sistema perfeito, é apresentada como a melhor forma de governança disponível. Nesse sentido, a democracia configura-se como um sistema que equilibra as forças do capitalismo e do socialismo, promovendo um balanço entre inovação e estabilidade (SCHUMPETER, 2017).

Enquanto Schumpeter argumenta que a democracia é um sistema dinâmico e adaptável, baseado na competição entre elites políticas, Robert Dahl (2012) aprofunda essa abordagem ao propor a teoria da poliarquia, que enfatiza a inclusão e a competição política como princípios fundamentais da democracia. O autor complementa as reflexões de Schumpeter ao propor uma análise empírica e comparativa das democracias em diferentes contextos, abordando como esses princípios influenciam a participação cidadã e a representação política.

Para Dahl (2012), a democracia fundamenta-se nos princípios de inclusão e competição política, garantindo o direito de todos os cidadãos de participar do processo político e de se opor às decisões das elites governantes. Esses princípios oferecem uma base essencial para compreender as dinâmicas das mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), já que esses movimentos vieram a emergem como uma resposta à exclusão social e política promovida antes e durante o governo de Jair Bolsonaro, exemplificando o impacto das forças autoritárias sobre a democracia brasileira.

Dahl (2012) também destaca que as instituições democráticas devem se adaptar às mudanças sociais e políticas. Seu alerta sobre os limites da democracia, especialmente diante de forças como o capitalismo global e a concentração de poder econômico, dialoga diretamente com os desafios enfrentados pelos movimentos sociais na luta por inclusão política e justiça social. Nesse contexto, as mobilizações sociais (2013-2020), incluindo as manifestações antifascistas no Brasil (2018-2020), desempenham um papel central na busca por uma sociedade mais inclusiva e democrática. Esses protestos surgem como uma resposta à exclusão política e econômica impulsionada pelo avanço de forças autoritárias, reforçando a importância de uma sociedade civil ativa e engajada.

Além disso, Dahl (2012) argumenta que a democracia deve ser entendida não apenas como um processo político, mas como um processo social, que exige monitoramento constante dos governantes por parte de uma sociedade civil organizada. Para o autor, compreender a democracia contemporânea envolve enfatizar a inclusão, a igualdade política, o controle popular e a capacidade das instituições democráticas de se adaptarem às transformações sociais – valores

fundamentais na luta por justiça social e na resistência a forças autoritárias.

Por fim, tanto Schumpeter quanto Dahl reconhecem que a democracia é um sistema político dinâmico, em constante evolução e adaptação, embora limitado por desafios que frequentemente comprometem sua efetividade. Ambos destacam a importância de processos estruturados, como as eleições, mas não atribuem o devido reconhecimento às formas de engajamento cívico, como protestos e manifestações, que desempenham um papel essencial na pressão e monitoramento dos governantes.

Schumpeter (2017) enfatizam a importância do processo eleitoral como um mecanismo fundamental para a expressão da vontade popular e a legitimação das elites políticas, destacando também a liberdade de expressão e de associação como condições necessárias para o funcionamento adequado da democracia. Apesar desse reconhecimento, ambos concordam que a democracia é um sistema imperfeito, com limitações e desafios próprios. Para Schumpeter (2017), a democracia, enquanto método político, não é capaz de garantir o bem comum ou o interesse geral, dado que as elites políticas frequentemente são guiadas por seus próprios interesses e preferências.

Dahl (2012) complementa essa visão ao argumentar que a democracia enfrenta obstáculos à igualdade política e à justiça social, devido à tendência dos grupos mais poderosos de dominar o processo político. Essas críticas refletem os desafios persistentes da democracia, especialmente em cenários de manifestações sociais, em que se busca ampliar a inclusão política e combater a concentração de poder.

Conforme Norberto Bobbio (2000), a democracia é um processo em

permanente transformação, adaptando-se às demandas de inclusão e participação cidadã. No entanto, autores como Levitsky e Ziblatt (2018) alertam para o risco de retração democrática diante do avanço de forças autoritárias e da concentração de poder – um desafio evidente no contexto das manifestações antifascistas brasileiras. Esses movimentos não apenas simbolizam resistência à involução democrática, mas também reforçam a importância de uma sociedade civil ativa e engajada na luta por justiça social e preservação dos valores democráticos.

Nessa perspectiva, os debates teóricos de Schumpeter e Dahl sobre os limites e as dinâmicas da democracia dialogam com as reflexões de Norberto Bobbio (2000), que enfatiza a importância da participação cidadã e da proteção dos valores fundamentais da democracia: liberdade, igualdade e participação ativa. Como defensor vigoroso da democracia e crítico ferrenho do fascismo, Bobbio não apenas contribui teoricamente, mas também traz um exemplo prático de engajamento político e resistência ao autoritarismo, o que reforça sua relevância no contexto das mobilizações antifascistas no Brasil. Suas ideias sobre a necessidade de uma sociedade civil engajada e de instituições democráticas fortes se alinham aos desafios enfrentados por movimentos que buscam combater o avanço de forças autoritárias e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dentro desse contexto, Norberto Bobbio (2000) destaca que os valores fundamentais da democracia — liberdade, igualdade e participação ativa— são indispensáveis para a qualidade democrática e para garantir que os cidadãos influenciem as decisões políticas que afetam suas vidas. Esses valores se tornam ainda mais relevantes ao analisarmos as manifestações sociais no Brasil entre 2013 a 2020, que emergiram como respostas a um crescente descontentamento

social, críticas à corrupção e uma crise de representatividade política.

Bobbio (2000) também argumenta que a representação política não substitui a participação ativa e direta dos cidadãos. As manifestações analisadas ilustram precisamente essa busca por maior inclusão e participação na esfera pública. Essas reflexões, alinhadas às discussões de autores como Platão, Aristóteles, Dahl e Schumpeter, enfatizam a complexidade e os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas.

Após revisitar os fundamentos da democracia com base nas contribuições de autores clássicos, modernos e contemporâneos, destacamos cinco teorias centrais que embasam a análise das manifestações antifascistas no Brasil (2018-2020), à luz das Ciências Políticas e Sociais: (1) Democracia Participativa; (2) Participação Política; (3) Teoria das Elites; (4) Teoria dos Movimentos Sociais; e (5) Teoria da Ação Coletiva. Essas abordagens, interligadas, fornecem o suporte teórico necessário para compreender as dinâmicas e motivações por trás das mobilizações antifascistas.

1. TEORIA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Após compreendermos a evolução das ideias democráticas, desde o modelo ateniense na Grécia Antiga, com sua participação direta restrita, até as concepções modernas como as teorias minimalistas de Schumpeter e a poliarquia de Dahl, observa-se o constante tensionamento entre representatividade e inclusão.

Embora a democracia representativa seja predominante nas sociedades contemporâneas, seus limites tornam-se evidentes em contextos de crise de

representatividade. Schumpeter (2017) e Dahl (2012) ressaltam as dificuldades em garantir participação plena e inclusão política, destacando a necessidade de modelos mais participativos.

Nesse cenário, a ***Teoria da Democracia Participativa*** surge como uma alternativa, propondo ampliar a voz e o engajamento dos cidadãos nos processos decisórios. Priorizando uma participação mais direta, busca superar as limitações da representação tradicional e fornece ferramentas para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Essa teoria conecta-se diretamente aos desafios das mobilizações sociais brasileiras (2013-2020), tornando-se essencial para compreender suas dinâmicas de resistência e inclusão.

Diante das críticas à democracia representativa, em que os cidadãos frequentemente se sentem desconectados de seus representantes e decisões políticas, a ***Teoria da Democracia Participativa*** emerge como uma proposta que valoriza a participação ativa e direta. Em '*The Public and its Problems'* (2012), Dewey defende que a democracia deve ser encarada como um modo de vida, no qual os cidadãos participam ativamente da vida pública e do processo de tomada de decisões (DEWEY, 2012).

As ideias de Dewey (2012), em sua defesa da democracia como um modo de vida baseado na participação ativa dos cidadãos, estabeleceram uma base importante para o desenvolvimento da teoria. Entretanto, foi somente a partir dos anos 60, com a intensificação dos movimentos sociais e a crescente demanda por mais participação popular, que essa teoria ganhou força e notoriedade. Nesse contexto, diversos autores, como Carole Pateman, Jürgen Habermas e Archon Fung, ampliaram os horizontes dessa teoria ao propor novas abordagens para a

participação popular na democracia, que passaram a ser amplamente debatidas e aprimoradas ao longo das últimas décadas.

Seguindo a evolução da ***Teoria da Democracia Participativa***, alguns pensadores contribuíram para aprofundar as críticas ao modelo de democracia representativa. Nesse sentido, Carole Pateman (2012), destaca-se como uma das principais vozes ao questionar as limitações dessa estrutura, apontando que os representantes eleitos frequentemente não refletem os interesses de todos os cidadãos e que a ausência de um verdadeiro debate democrático enfraquece a legitimidade das instituições.

Para Pateman (2012), a solução está em uma democracia mais participativa, que integre elementos de democracia direta e deliberativa. Ela defende que a participação direta dos cidadãos é fundamental para a promoção da igualdade e da justiça social, especialmente em contextos de crise democrática, como os observados nas manifestações sociais no Brasil entre 2013 e 2020. Esses protestos emergiram justamente como uma resposta à desconexão entre representantes políticos e a sociedade civil, evidenciando a necessidade de mecanismos que garantam maior representatividade e inclusão política. Nesse contexto, a abordagem de Pateman (2012) reforça a importância da participação cidadã ativa para enfrentar desafios sociais, combater o avanço de forças autoritárias e fortalecimento da democracia.

Nesse mesmo horizonte de críticas à democracia representativa, Carole Pateman (2012) e Jürgen Habermas (2022) apresentam abordagens que se complementam na busca por uma democracia mais inclusiva e participativa. Enquanto Pateman (2012) argumenta que a participação direta dos cidadãos é

indispensável para promover justiça social e igualdade, Habermas (2022) aprofunda a discussão ao defender a democracia deliberativa, baseada na valorização do debate público, do diálogo racional e da construção de consensos. Ambas as perspectivas convergem ao reforçar a centralidade da participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A perspectiva de Habermas (2022) sobre a democracia deliberativa é especialmente relevante para analisar o papel das manifestações sociais no Brasil entre 2013 e 2020. Esses movimentos, em grande parte, surgiram como resposta a um sistema político percebido como excludente e desconectado das demandas populares. A ênfase de Habermas (2022) no diálogo público, aberto e inclusivo ecoa nas dinâmicas dessas mobilizações, em que os cidadãos buscaram novos espaços para expressar suas vozes e influenciar as decisões políticas. Nesse sentido, as redes sociais emergem como uma ferramenta que tanto fortalece quanto desafia a democracia deliberativa, ao facilitar o acesso à informação e a organização coletiva, mas também ao criar bolhas de opinião que dificultam o consenso necessário para ações efetivas.

Nesse sentido, enquanto Habermas (2022) destaca o papel do debate público e do diálogo inclusivo como pilares da democracia deliberativa. As contribuições de Archon Fung (2009) ampliam essa discussão ao propor mecanismos práticos que fortalecem a democracia participativa. Fung (2009) aprofunda a discussão ao propor a democracia participativa como uma resposta à crise de representatividade enfrentada pelas democracias contemporâneas, como a democracia representativa. Suas ideias destacam a importância de mecanismos que garantam maior influência dos cidadãos na deliberação de políticas públicas e

assegurem que as decisões políticas reflitam as reais necessidades e vontades da comunidade.

Fung (2009) defende, ainda, que a democracia participativa deve ser entendida como um processo de aprendizado mútuo entre governantes e cidadãos, ampliando as possibilidades de colaboração na construção de políticas mais inclusivas e eficazes. O autor enfatiza que a adoção de mecanismos como audiências públicas, orçamento participativo e assembleias cidadãs são fundamentais para incentivar a participação ativa dos cidadãos, ampliando a legitimidade e a inclusão na democracia. Fung (2009) também ressalta que a democracia participativa não deve ser vista como uma alternativa à democracia representativa, mas sim como um complemento essencial para tornar a democracia mais inclusiva e legítima.

Dessa forma, ao abordar as contribuições de Carole Pateman, Jürgen Habermas e Archon Fung, percebemos que a ***Teoria da Democracia Participativa*** apresenta uma base teórica para compreender as dinâmicas políticas e sociais nas mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020). A proposta comum desses autores de ampliar a participação cidadã, seja por meio da democracia direta, deliberativa ou de mecanismos práticos, como audiências públicas e orçamentos participativos.

Ao estabelecer essa relação entre teoria e prática, o capítulo reforça o papel da ***Teoria da Democracia Participativa*** como um pilar essencial para os enquadramentos teóricos apresentados neste trabalho e para a leitura crítica das mobilizações sociais no Brasil (2018-2020).

2. TEORIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Dando continuidade à discussão iniciada no capítulo anterior, a ***Teoria da Participação Política*** surge como um complemento essencial à ***Teoria da Democracia Participativa***. Enquanto a democracia participativa enfatiza o papel da participação cidadã como uma resposta às limitações da democracia representativa.

A ***Teoria da Participação Política*** surgida em um contexto de ampliação do engajamento político nos Estados Unidos e na Europa na década de 1950, aprofunda o debate ao propor a participação ativa e direta dos cidadãos como um mecanismo de empoderamento e garantia de direitos, fortalecendo a democracia por meio de processos deliberativos e participativos (MIGUEL, 2017).

Nesse contexto, a ***Teoria da Participação Política*** ganha relevância ao propor mecanismos que ampliem as oportunidades de engajamento cidadão, indo além do simples exercício do voto. Conforme defendido por Pateman (2012), essa abordagem reforça a importância de iniciativas que permitam aos indivíduos participar ativamente em diversos espaços políticos, como grupos de pressão e movimentos sociais.

Assim, a ***Teoria da Participação Política*** complementa, de maneira prática e conceitual, a ***Teoria da Democracia Participativa***, oferecendo um modelo de empoderamento que fortalece os direitos e a igualdade política dos cidadãos. Nesse sentido, Pateman (1992) argumenta que a democracia representativa não proporciona uma participação direta dos cidadãos nas decisões políticas e destaca a necessidade de implementar mecanismos participativos, como assembleias populares, reforçando a importância de uma democracia mais inclusiva e acessível a todos. A autora também enfatiza a participação política como um direito

essencial para a consolidação de uma sociedade democrática.

O trabalho de Pippa Norris (2002), aprofunda essa discussão, abordando os impactos das desigualdades na participação cidadã. Norris ressalta que a exclusão de determinados grupos do processo político pode comprometer tanto a legitimidade quanto a eficácia das democracias, trazendo novas perspectivas ao debate sobre participação política.

Com base no exposto anteriormente, Habermas (1994), contribui para aprofundar a perspectiva de que a participação política deve transcender interesses próprios ou disputas pelo poder, sendo fundamentada na comunicação e no diálogo entre os indivíduos (HABERMAS, 1994, apud DURÃO, 2009). Nesse sentido, sua teoria crítica sobre a participação política, alinhada à defesa de Carole Pateman (2012), pela ampliação da democracia participativa, enfatiza a necessidade de mecanismos deliberativos, como audiências públicas, que promovam espaços inclusivos e acessíveis para o engajamento cidadão. Ao propor tais ferramentas, Habermas (1994), reforça a importância de práticas democráticas que tornem a tomada de decisões mais transparente, colaborativa e alinhada aos anseios da sociedade.

De forma integrada, esses autores ressaltam a importância da participação cidadã na política como elemento essencial para garantir representatividade, igualdade e justiça social na democracia. A ***Teoria da Participação Política*** tem sido amplamente aplicada em áreas como gestão pública, formulação de políticas públicas e participação social nos processos decisórios. Essa teoria não apenas promove o engajamento político, mas também busca assegurar que essa participação seja igualitária e efetiva, mesmo em contextos de polarização e

exclusão social.

Nesse sentido, os princípios defendidos pela ***Teoria da Participação Política*** oferecem uma base significativa para compreender os desafios enfrentados pelas mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020). Ao adotar e expandir mecanismos de participação cidadã, como assembleias populares e orçamentos participativos, essas manifestações reafirmam a importância de fortalecer a democracia, promovendo representatividade e justiça social como respostas fundamentais às crises de legitimidade e exclusão política enfrentadas no país.

3. TEORIA DAS ELITES

Dando continuidade à análise das teorias que auxiliam na compreensão das dinâmicas políticas e sociais, a ***Teoria das Elites*** surge como uma abordagem crítica aos ideais democráticos de igualdade e participação ampla. Desenvolvida no início do século XX, essa teoria desafia a visão otimista de uma democracia representativa inclusiva, argumentando que, em essência, a democracia é uma forma de dominação exercida por uma elite política. Diferentemente das teorias de ***Democracia Participativa e Participação Política***, que enfatizam a inclusão e o empoderamento cidadão, a ***Teoria das Elites*** destaca as limitações estruturais da democracia e as dinâmicas de poder que mantêm uma minoria no controle das decisões políticas.

Nesse sentido, os estudos críticos sobre a democracia representativa, ao apontarem a concentração do poder político e econômico nas mãos de uma elite, oferecem uma base teórica relevante para compreender o surgimento da **Teoria das Elites**. Pioneiros nessa abordagem, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto

lançaram as bases dessa teoria, evidenciando como as elites controlam o poder político e moldam as decisões sociais e econômicas. Mosca, em sua obra *'A Classe Dirigente'* (1966), argumenta que, em todas as sociedades, existe uma pequena elite dominante que exerce o controle das decisões cruciais, perpetuando-se no poder por meio de diversos mecanismos (BIANCHI, 2016).

Segundo Mosca (1966), a elite política se perpetua no poder por meio de fatores como a mobilização de recursos, o controle das instituições e dos meios de comunicação, além da manipulação da opinião pública, desempenhando um papel fundamental na manutenção do status quo. Complementando essa perspectiva, Pareto (2019), aprofunda a discussão ao argumentar que a elite governante é composta por uma minoria com habilidades e competências superiores às da maioria dos cidadãos. Em sua obra *'As Transformações da Democracia'* (2019), Pareto enfatiza que essas características permitem à elite consolidar sua posição de poder, oferecendo uma explicação adicional para as dinâmicas descritas por Mosca (1966).

Nessa mesma linha de análise, Pareto (2019) reforça a ideia de que as sociedades são estruturalmente desiguais, com uma elite que tende a se perpetuar no poder ao longo do tempo. Ele argumenta que essa perpetuação não se apoia apenas na riqueza material, mas também em outras formas de influência, como o domínio do conhecimento especializado e a capacidade de formar alianças estratégicas. Essa visão complementa as contribuições de Mosca (1966), ao destacar os mecanismos complexos pelos quais as elites asseguram sua posição privilegiada, moldando estruturas sociais e políticas em benefício próprio.

Ainda nesse contexto, Max Weber, considerado um dos fundadores da

sociologia moderna, oferece uma importante contribuição para a Teoria das Elites ao aprofundar a análise das formas de dominação e legitimação do poder. Weber (2000), complementa as perspectivas de Mosca (1966) e Pareto (2019), argumentando que o poder exercido pelas elites na sociedade moderna fundamenta-se em diferentes formas de dominação legitimada. Essas formas explicam como as elites estruturam e preservam sua posição de influência nas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, Weber (2000), também destaca que as elites exercem poder por meio de sua capacidade de articular interesses e controlar recursos, garantindo-lhes uma posição privilegiada na sociedade. Embora sejam fundamentais para o funcionamento das sociedades modernas, Weber (2000) enfatiza a necessidade de equilibrar as elites com outros grupos sociais para assegurar estabilidade política e social. Essa abordagem oferece uma perspectiva essencial sobre a estruturação e legitimação do poder dentro da ***Teoria das Elites***.

Complementando as perspectivas de Mosca, Pareto e Weber, Charles Wright Mills (1981) aprofunda a crítica à democracia representativa ao destacar que ela, na prática, é controlada por uma elite política. Mills (1981) argumenta que essa elite é composta por membros de diferentes setores, como políticos, empresários e militares, que detêm o poder real na sociedade. Em sua obra '*A Elite do Poder'* (1981), o autor evidencia como essa elite manipula a opinião pública e controla as instituições, reforçando a dominação estrutural nas democracias modernas e ampliando a compreensão sobre os mecanismos de manutenção do poder.

A ***Teoria das Elites***, ao afirmar que a democracia frequentemente se

configura como uma forma de dominação por uma minoria privilegiada, oferece um enquadramento relevante para analisar as dinâmicas de poder enfrentadas pelas mobilizações sociais no Brasil (2013-2020). Esses movimentos, ao emergirem como resistência a discursos que perpetuam exclusão e desigualdade, questionam o controle exercido por elites políticas, econômicas e militares, conforme destacado por autores como Mills (1981), Weber (2000) e Pareto (2019).

Nesse contexto, as mobilizações antifascistas (2018-2020) não apenas denunciam a perpetuação das elites no poder, mas também reivindicam uma democratização mais profunda e inclusiva, onde os interesses da maioria prevaleçam sobre os privilégios de uma minoria. A luta contra as forças autoritárias e conservadoras representa um esforço para redistribuir o poder e enfrentar os mecanismos de manipulação e controle descritos pela ***Teoria das Elites***, como o uso estratégico das mídias e a exclusão de vozes dissidentes.

Nessa perspectiva a teoria conecta às práticas empíricas dos movimentos sociais, ressaltando seu papel central na defesa dos direitos humanos e na promoção de uma democracia mais representativa e participativa.

4. TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Dando sequência à análise dos enquadramentos teóricos relevantes para compreender as mobilizações sociais, a ***Teoria dos Movimentos Sociais*** emerge como uma abordagem central para explorar os mecanismos de organização e atuação de grupos marginalizados. Desenvolvida em meados da década de 1960, em um contexto de crescente engajamento popular e o surgimento de novos atores sociais, como minorias étnicas, sexuais e religiosas, essa teoria se diferencia ao

focar nos processos de mobilização coletiva e nas estratégias utilizadas para promover mudanças significativas em sociedades marcadas por desigualdades.

No cenário das mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), a ***Teoria dos Movimentos Sociais*** oferece ferramentas valiosas para compreender como grupos excluídos constroem resistência e reivindicam direitos em contextos desafiadores. Nesse contexto, a teoria destaca-se por investigar como grupos subalternos, frequentemente marginalizados pelo poder político e econômico, conseguem se organizar e lutar por transformações significativas em sociedades marcadas por desigualdades.

Um dos pioneiros nessa área, Charles Tilly (2017), trouxe importantes contribuições ao propor uma análise histórica e comparativa das formas de protesto, rebelião e revolução em diferentes contextos sociais. Em suas obras, publicadas no final da década de 1970, Tilly (2017), enfatiza a dinâmica de conflito entre elites políticas e grupos marginalizados, ressaltando o papel da ação coletiva e da solidariedade como motores de transformação social.

De acordo com Tilly (2017), a exclusão de grupos subalternos do poder político e econômico motiva sua resistência, que busca maior participação na sociedade. Além disso, o autor enfatiza que a ação coletiva, a solidariedade e a mobilização são elementos cruciais para transformar as estruturas sociais e enfrentar as desigualdades históricas, reforçando o papel dos movimentos sociais como agentes de mudança efetiva.

Complementando os estudos e Tilly, Sidney Tarrow (2022), trouxeram a noção de 'repertório de ação coletiva' para o centro da análise. Segundo o autor, os movimentos sociais estruturam sua atuação a partir de um conjunto de ações específicas, como protestos, greves, manifestações e ocupações, que refletem

tanto as experiências históricas do grupo quanto as particularidades da cultura política em que estão inseridos. Essa perspectiva amplia a compreensão sobre como grupos marginalizados encontram formas de resistência e transformação social, complementando as análises de autores como Charles Tilly (2017), ao evidenciar as práticas concretas que impulsionam os movimentos sociais.

Outro autor de grande relevância para a teoria é o sociólogo recifense Francisco de Oliveira, que oferece uma abordagem crítica às estruturas de dominação e exploração na sociedade brasileira. Oliveira (2015), enfatiza o papel central dos movimentos sociais na luta por uma sociedade mais justa e equitativa, destacando como a mobilização coletiva pode se tornar uma força transformadora em contextos de desigualdade extrema. Suas reflexões complementam as ideias de autores como Tilly (2017) e Tarrow (2022), ao reforçar a importância da solidariedade e da organização para a construção de alternativas às estruturas de poder estabelecidas.

Não obstante, Manuel Castells (2017), oferece uma contribuição abrangente à ***Teoria dos Movimentos Sociais*** ao analisá-los como parte de uma transformação mais ampla da sociedade e da política. Castells (2017), argumenta que os movimentos sociais contemporâneos surgem da fragmentação das identidades coletivas e da crise das instituições políticas tradicionais. Embora se organizem em torno de demandas específicas, esses movimentos também buscam questionar as estruturas de poder existentes e propor alternativas políticas e sociais mais inclusivas e abrangentes.

Essa perspectiva complementa as ideias de autores como Charles Tilly (2017) e Sidney Tarrow (2022), ao destacar que os movimentos sociais não

apenas respondem a crises locais, mas também se conectam a dinâmicas globais, reforçando seu papel como agentes transformadores no cenário político contemporâneo (CASTELLS, 2017).

Os movimentos sociais contemporâneos desempenham um papel fundamental na promoção da democratização das relações sociais dentro da sociedade civil. Seu principal objetivo é redefinir papéis, normas e identidades — tanto individuais quanto coletivas — além de reformular os discursos predominantes na esfera pública, desafiando estruturas tradicionais de poder e exclusão (COHEN, 2005).

Para alcançar essas transformações, torna-se indispensável a implementação de políticas inclusivas que reconheçam novos atores sociais como representantes legítimos no cenário político. Além disso, políticas de influência são cruciais para reconfigurar os discursos políticos, incorporando novas identidades, demandas e interpretações que reflitam a diversidade social. Nesse contexto, como argumentam Cohen (2005), tais esforços não apenas promovem mudanças nas formas de organização social, mas também fortalecem a luta por justiça e igualdade em sociedades marcadas por profundas desigualdades estruturais.

Em conjunto, esses autores oferecem contribuições essenciais para a compreensão dos movimentos sociais enquanto fenômenos políticos e culturais complexos, refletindo as dinâmicas de poder e a luta por direitos e justiça social. No contexto brasileiro, essas teorias auxiliam na interpretação de como os movimentos sociais (2013-2020), incluindo as mobilizações antifascistas (2018-2020), se articulam frente a desafios como a exclusão política, a

concentração de poder e a ascensão de forças autoritárias.

Ao investigar as estratégias e táticas adotadas por esses movimentos, bem como suas relações com outras instituições sociais, como partidos políticos e sindicatos, torna-se possível compreender as mudanças sociais e as transformações políticas que eles podem provocar. Assim, o estudo dos movimentos sociais não apenas aprofunda a análise das mobilizações antifascistas (2018-2020), mas também reafirma a importância da ação coletiva e da solidariedade como ferramentas indispensáveis para a defesa da democracia e dos direitos humanos.

5. TEORIA DA AÇÃO COLETIVA

Por fim, a quinta teoria explorada neste trabalho, embora abordada por último, possui uma importância central ao aprofundar as discussões realizadas. Trata-se da ***Teoria da Ação Coletiva***, desenvolvida ao longo do século XX, para compreender como e por que grupos de indivíduos conseguem se organizar e mobilizar em torno de objetivos comuns, superando suas diferenças e interesses individuais.

Por definição, a ação coletiva refere-se a um esforço coordenado de um grupo em busca de um objetivo compartilhado, seja político, social, econômico ou cultural. Reconhecida como uma ferramenta de transformação social, destaca a união de indivíduos para lutar por direitos, questionar o poder e promover mudanças significativas. No contexto das mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), a ***Teoria da Ação Coletiva*** é essencial para compreender estratégias de resistência e organização frente à ascensão de forças autoritárias.

Talcott Parsons (2010), apresenta uma análise inicial dessa teoria, explorando como a ação social é influenciada por valores culturais e normas estruturais. Ele argumenta que as interações sociais equilibram motivações individuais e exigências sistêmicas, oferecendo insights sobre a solidariedade e ação coletiva. Aplicada às mobilizações brasileiras, a teoria ajuda a entender como valores compartilhados sustentam a resistência frente às crises sociais e políticas.

Nesse contexto, a coordenação das ações individuais é viabilizada por normas e valores compartilhados pelos membros de um grupo, permitindo a formação de um sistema de ação social coletivo e eficiente. De acordo com Parsons (2010), esses mecanismos de coordenação são fundamentais para a estabilidade social. No entanto, quando as normas e valores vigentes não conseguem responder de forma eficaz aos desafios e problemas enfrentados pela sociedade, pode-se desencadear uma reestruturação das instituições e dos valores sociais. Esse processo de transformação é especialmente relevante no contexto das mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), que emergem como uma resposta organizada e coletiva às crises sociais e políticas, desafiando estruturas de poder excludentes e propondo novos paradigmas de justiça social e inclusão.

Para que a ação coletiva seja eficaz e legítima, Parsons (2010), enfatiza que ela deve estar baseada em normas e valores compartilhados pelos membros do grupo, que garantam coesão e direcionamento comum. Além disso, o autor destaca que a liderança eficaz desempenha um papel central, ao articular uma visão clara, mobilizar recursos e inspirar confiança entre os integrantes. A estrutura organizacional, por sua vez, deve assegurar uma coordenação eficiente e uma tomada de decisões coletivas que permitam o alcance dos objetivos

propostos. No contexto das mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), esses elementos assumem importância estratégica, uma vez que líderes habilidosos e estruturas organizacionais sólidas foram essenciais para mobilizar os participantes e articular demandas que desafiaram as estruturas de poder existentes em todo o país.

A **Teoria da Ação Coletiva**, amplamente desenvolvida por Mancur Olson em *'A Lógica da Ação Coletiva'* (1999), trouxe importantes contribuições para o entendimento de como indivíduos e grupos conseguem se mobilizar em torno de objetivos comuns, mesmo enfrentando diferenças e interesses individuais. Olson (1999), destacou desafios como o problema do 'carona' (free rider problem), que ocorre quando alguns membros de um grupo se beneficiam do esforço coletivo sem contribuir ativamente.

No contexto das manifestações sociais (2013-2020), essas questões tornaram-se especialmente relevantes, já que a diversidade de participantes e a dispersão geográfica das mobilizações demandaram esforços significativos para alinhar interesses e ações coletivas. Essa dinâmica resultou em polarizações e na fragmentação em pequenos grupos, cada um com pautas diversas e heterogêneas. Ainda assim, a ***Teoria da Ação Coletiva*** reforça a importância de estratégias que consigam unificar interesses, fomentar o engajamento e fortalecer a coesão em movimentos amplos e variados.

Nesse cenário, as redes sociais desempenharam um papel decisivo ao facilitar a disseminação de informações, a mobilização de recursos e a articulação de esforços em prol de objetivos comuns, demonstrando seu potencial como ferramenta estratégica para promover o bem coletivo.

Olson (1999), complementa que a ação coletiva enfrenta dificuldades devido aos incentivos individuais para não participar, mesmo quando o resultado é vantajoso para o grupo como um todo. Em grupos grandes, o esforço individual tende a se diluir entre as contribuições dos outros membros, o que reduz a motivação e pode comprometer a eficácia do grupo. Esse fenômeno, conhecido como o 'problema do carona', em que alguns indivíduos se beneficiam do esforço coletivo sem contribuir para os objetivos comuns, é relevante para compreender os desafios enfrentados por movimentos amplos e heterogêneos, como as mobilizações sociais no Brasil (2013-2020). No entanto, a liderança eficaz e a criação de mecanismos que promovam a solidariedade e o engajamento podem minimizar esses desafios, fortalecendo a coesão do grupo e aumentando suas chances de alcançar objetivos coletivos.

De acordo o autor, a solução para o ‘problema do carona’ na ação coletiva passam por estratégias que garantam uma maior coesão e engajamento dos membros do grupo. Ele aponta três abordagens principais: (1) a formação de grupos pequenos e coesos, nos quais é mais fácil monitorar e aplicar sanções aos indivíduos que não contribuem; (2) a distribuição equitativa dos benefícios, acompanhada de incentivos claros que estimulem uma justa participação, assegurando que cada membro perceba o valor da contribuição coletiva; e (3) a implementação de incentivos específicos, como recompensas para os participantes mais ativos, além de normas sociais que promovam a cooperação e sancionem comportamentos que prejudiquem o grupo. Essas estratégias não apenas fortalecem a coesão do grupo, mas também aumentam a probabilidade de sucesso das ações coletivas.

Em síntese, a solução para o 'problema do carona' em ações coletivas,

segundo Olson (1999), requer o estabelecimento de incentivos, normas sociais, instituições justas e solidariedade entre os membros do grupo. A abordagem apropriada depende das especificidades do contexto e dos objetivos da ação coletiva. A teoria oferece uma perspectiva valiosa sobre como grupos se organizam para alcançar metas em comum, considerando fatores como recursos disponíveis, oportunidades políticas, molduras interpretativas e os laços de solidariedade entre os integrantes. Aplicada amplamente em áreas como política, economia e sociologia, essa teoria fornece insights fundamentais sobre as dinâmicas de grupos e organizações.

No contexto das mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), a ***Teoria da Ação Coletiva*** desempenha um papel central ao analisar como indivíduos e grupos se articulam para enfrentar desafios políticos e sociais. Por meio de estratégias coletivas e práticas solidárias, esses movimentos ganham força para promover transformações significativas e questionar as estruturas de poder vigentes. Assim, a teoria contribui para compreender a relevância de ações conjuntas na luta por justiça social e democracia.

REPENSANDO A PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES E PROTESTOS

Ao repensarmos a participação em eleições e protestos, S. Erdem Aytaç e Susan Stokes, oferecem contribuições significativas à ***Teoria da Ação Coletiva*** em seu livro *'Why Bother? Rethinking Participation in Elections and Protests'* (2019). Os autores questionam a efetividade da participação política em eleições e protestos, propondo uma análise crítica sobre as formas de engajamento político e seus impactos reais na sociedade. Dada a relevância dessa obra para a análise do presente trabalho, dedicaremos uma seção exclusiva para explorar as considerações dos autores, conectando suas ideias às dinâmicas das mobilizações

antifascistas no Brasil (2018-2020).

No livro *'Why Bother? Rethinking Participation in Elections and Protests'* (2019), Aytaç e Stokes questionam a efetividade das formas tradicionais de envolvimento político, como eleições e protestos, ao levantar hipóteses sobre sua capacidade de gerar mudanças reais na sociedade. Por meio de uma série de estudos e pesquisas, os autores demonstram que, em alguns casos, a participação política pode ser ineficaz ou até mesmo prejudicial, dependendo do contexto e das estratégias adotadas. Essas reflexões são especialmente relevantes para compreender as dinâmicas das mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), onde a eficácia da participação política é constantemente desafiada por fatores como polarização, desinformação e limitações institucionais.

Ao invés de priorizar as formas convencionais de participação política, Aytaç e Stokes (2019) sugerem uma abordagem mais consciente e reflexiva, enfatizando a necessidade de focar em atividades políticas que gerem impacto concreto e mensurável. Para os autores, é essencial evitar a participação em atos meramente simbólicos, que frequentemente não resultam em mudanças significativas. Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto do presente trabalho, onde a eficácia das ações coletivas depende de estratégias bem planejadas e de resultados tangíveis, capazes de desafiar as estruturas de poder e promover transformações sociais reais.

Indo mais além, Aytaç e Stokes (2019) destacam teorias fundamentais para compreender a participação política, como a teoria da escolha racional, que fornece insights importantes para analisar a participação eleitoral. No entanto, os autores ressaltam que essa abordagem é insuficiente para explicar toda a

complexidade observada, dado que a participação política é moldada por uma ampla gama de fatores. Ademais, os autores mencionam a teoria da mobilização, que argumenta que a participação política é influenciada por elementos externos, como oportunidades políticas e incentivos institucionais. Contudo, Aytaç e Stokes (2019) enfatizam que essa teoria, por si só, também é incapaz de abarcar todas as nuances e variações da participação política. Essa análise destaca a necessidade de integrar diferentes abordagens teóricas para compreender os múltiplos fatores que motivam a participação política.

Nessa perspectiva, Aytaç e Stokes (2019) ressaltam a importância de considerar as motivações internas dos cidadãos, como crenças, valores, identidade social e emoções, para compreender a participação política. Além disso, os autores destacam a relevância do contexto político, incluindo fatores como a competição entre partidos, a confiança nas instituições e a qualidade da democracia, na explicação das dinâmicas de engajamento. Essa abordagem é particularmente útil para compreender os desafios enfrentados nas mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020), onde as condições políticas e sociais moldam tanto o envolvimento dos cidadãos quanto a eficácia dos movimentos. Assim, as reflexões de Aytaç e Stokes (2019) oferecem uma base teórica valiosa para analisar os fatores que impulsionam a participação em contextos marcados por polarizações e desigualdades.

Ao longo do livro, os autores analisam exemplos que evidenciam como a participação política pode, em certos casos, ser ineficaz ou até prejudicial. Entre eles, podemos destacar os protestos violentos ocorridos entre 2013-2014, que em alguns momentos resultaram em vandalismo e depredação de patrimônio público,

enfraquecendo a legitimidade das demandas. Além do voto em candidatos que prometem mudanças radicais, mas falham em cumpri-las. Essas reflexões ressaltam a necessidade de uma participação política mais estratégica e consciente, voltada para ações que promovam impactos concretos e positivos, especialmente em cenários de polarização e crise democrática, como o caso das mobilizações sociais no Brasil ocorridas durante 2013 a 2020.

Por fim, Aytaç e Stokes (2019) enfatizam a importância da reflexão e do diálogo crítico sobre as formas de envolvimento político, destacando a necessidade de buscar alternativas mais eficazes e transformadoras. Para os autores, a participação política não deve ser encarada como uma obrigação moral ou cívica, mas como uma escolha consciente e estratégica, guiada por objetivos claros e pela busca de mudanças concretas.

Conforme eles argumentam, à luz da ***Teoria da Ação Coletiva***, a participação em movimentos sociais é motivada por interesses compartilhados e pela percepção de que a ação coletiva pode produzir mudanças significativas na sociedade.

No caso específico das manifestações antifascistas no Brasil (2018-2020), essa teoria fornece um marco analítico para entender como a identificação com os objetivos do movimento, a crença na eficácia da ação coletiva e a disponibilidade de oportunidades políticas contribuem para a mobilização dos participantes. Esses fatores demonstram a relevância de valores compartilhados, solidariedade e liderança estratégica na articulação de ações coletivas capazes de enfrentar as crises democráticas e promover transformações sociais.

Assim sendo, a ***Teoria da Ação Coletiva*** ressalta que a participação em

movimentos é amplamente motivada por valores e crenças compartilhados, além da solidariedade com minorias que enfrentam discriminação e opressão. Nesse contexto, a liderança eficaz e uma organização sólida desempenham papéis essenciais na mobilização dos participantes e no sucesso das manifestações. Esses elementos, quando alinhados, fortalecem a coesão interna e o impacto dos movimentos, contribuindo para a promoção de mudanças sociais significativas e para a defesa dos valores democráticos.

CICLO DE PROTESTOS: AS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL (2013-2020)

Com avanço da tecnologia e a consolidação das mídias digitais, as formas de participação política e social evoluíram nos últimos anos. As redes sociais e plataformas digitais se destacaram como ferramentas centrais para reduzir barreiras como tempo, recursos e esforços, proporcionando uma alternativa poderosa para a comunicação e mobilização na era tecnológica. Elas permitiram que conexões se ampliassem, transcendendo os limites tradicionais do círculo familiar e de amigos, criando redes amplas que conectam indivíduos com interesses compartilhados em diferentes localidades.

Nessa perspectiva, as redes sociais emergem como instrumentos centrais de mobilização na contemporaneidade, possibilitando a expressão de opiniões para um público diverso e amplificando vozes que historicamente estiveram à margem do sistema político (NORRIS, 2002). Segundo Norris (2002), essas plataformas digitais oferecem informações relevantes, organização e oportunidades de engajamento, tornando-se canais estratégicos de comunicação para indivíduos e grupos socialmente marginalizados (NORRIS, 2002). Além disso, conforme analisado por Della Porta e Diani (2011), a mídia desempenhou

um papel essencial na interpretação da realidade, modificando e ampliando as áreas das experiências individuais, influenciando a formação da opinião pública e contribuindo significativamente para a construção de identidades individuais e coletivas. Dessa forma, as redes sociais reconfiguram a dinâmica das mobilizações sociais, promovendo novas formas de articulação e resistência.

Foi por meio do papel das mídias sociais que, em junho de 2013, o Brasil vivenciou o início de sua '*Primavera Brasileira'*, inspirada pelas manifestações da '*Primavera Árabe'* (2010-2012), ocorridas no Oriente Médio. As mobilizações brasileiras começaram com protestos contra o aumento das tarifas de transporte público na capital de São Paulo, mas rapidamente evoluíram para incluir uma ampla gama de pautas, como a defesa dos direitos das minorias, críticas à mídia tradicional e uma diversidade de outras demandas (DA GLÓRIA GOHN, 2014). Eventualmente, o discurso central das manifestações passou a se focar no sentimento generalizado de insatisfação com a política tradicional, a denúncia da corrupção política e a busca por maior transparência e participação social no processo decisório (SINGER, 2013).

Durante as manifestações de 2013-2020, tornou-se evidente uma mudança na trajetória discursiva ao longo do tempo, marcada pela transição de uma busca inicial por mudanças políticas concretas para uma demanda mais abstrata por 'mais democracia'. Esse deslocamento culminou em uma crise de representatividade, refletindo tanto as dificuldades dos manifestantes em articular uma agenda política clara e coerente quanto o impacto da entrada de novos atores políticos e ideológicos na cena pública (PINTO, 2017). Essa dinâmica ilustra a complexidade das mobilizações sociais e a interação entre diferentes demandas e

perspectivas no cenário político brasileiro.

Nesse contexto, destacamos a necessidade das teorias de ***Democracia Participativa*** e da ***Participação Política***, já discutidas anteriormente, como alternativas viáveis ao modelo tradicional da democracia representativa. Essa necessidade surge do fato de que o eleitorado não se sentia devidamente representado pela classe política. A democracia deve ser compreendida como um modo de vida em que os cidadãos desempenham um papel ativo na vida pública e no processo de tomada de decisões, como argumenta Dewey (2012). Assim, as manifestações de 2013 podem ser vistas como uma resposta direta ao descontentamento com a democracia representativa, refletindo o sentimento de exclusão da sociedade civil e a busca por maior representatividade e engajamento político.

As manifestações de 2013, representaram um marco de renovação política no Brasil, ao trazer à tona questões urgentes e sensíveis da sociedade brasileira (SINGER, 2013). Redes sociais como Twitter, Facebook, Instagram, WhatsApp e Telegram desempenharam um papel crucial na organização desses protestos, permitindo a mobilização de milhares de pessoas em um curto período.

Enquanto isso, a falta de interesse da mídia tradicional em dar visibilidade às pautas e reivindicações dos manifestantes reforçou a importância das mídias alternativas, que se destacaram na cobertura dos eventos e ampliaram o alcance das demandas populares (PERUZZO, 2013). Essas plataformas foram especialmente eficazes na mobilização de jovens e setores populares, que frequentemente se sentiam excluídos dos canais tradicionais de participação política (CARDOSO e FÁTIMA, 2013). E por meio das redes sociais, foi possível

organizar ações de forma rápida e eficiente, criando um espaço de engajamento que transcendeu as limitações impostas pelos meios convencionais.

Nesse contexto, novas formas de organização surgiram como instrumentos eficazes para ampliar a participação popular nas mobilizações, permitindo o envolvimento de grupos antes marginalizados. No entanto, tais inovações também geraram conflitos e tensões com movimentos sociais mais tradicionais, que frequentemente questionaram a legitimidade e a eficácia dessas novas estratégias de luta. Essas novas pautas representaram um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (PERUZZO, 2013).

Conforme discutido na teoria dos ***Movimentos Sociais*** e das ***Elites,*** essas dinâmicas se desenvolvem a partir de um conflito entre as elites políticas e os grupos sociais marginalizados. A resistência dos grupos subalternos emerge como uma resposta à exclusão do poder político e econômico, alimentada pela busca por maior participação e inclusão na sociedade. Nesse processo, destaca-se a importância da ação coletiva, da solidariedade e da mobilização como motores essenciais para a transformação social (TILLY, 2017).

Após as manifestações de 2013, o Brasil entrou em um período de intensa polarização política entre a esquerda e a direita, que se acentuou durante as eleições presidenciais de 2014 e continuou a crescer nos anos seguintes. Essa polarização teve um impacto significativo na agenda política do país, ao mesmo tempo em que as manifestações abriram espaço para o surgimento de novas formas de ativismo. Entre elas, destacam-se a mobilização por meio das redes sociais e a organização de protestos descentralizados e horizontais, que redefiniram as dinâmicas de engajamento político e social no Brasil (PLEYERS,

2015).

Durante a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, as manifestações pausaram, mas o breve alívio na polarização política foi rapidamente substituído por insatisfações renovadas. Após o evento, os protestos focaram no alto investimento público destinado à Copa, em detrimento de demandas sociais prioritárias, além de críticas à corrupção e à falta de transparência no uso dos recursos públicos. Apesar da intensidade das manifestações, elas não resultaram em mudanças políticas significativas, mas evidenciaram a insatisfação generalizada e a crescente demanda por transformações sociais (ROMÃO, 2014).

Já em 2015, as manifestações assumiram um tom conservador, defendendo pautas como a valorização da família tradicional, a redução da maioridade penal e o combate à corrupção. Contudo, também foram marcadas pela disseminação de discursos fascistas e intolerantes, incluindo apelos por intervenção militar e apologia à violência. Esses discursos refletiam uma postura autoritária e antidemocrática, buscando silenciar vozes dissidentes e negar direitos fundamentais (SCARTEZINI, 2016). Nesse cenário, um pequeno grupo de indivíduos, excluídos do poder político e econômico, começou a se organizar para reivindicar atenção às suas demandas, desafiando a elite política vigente, composta por políticos, empresários e militares, conforme aponta os estudos de Mills (1981).

A conjuntura política, econômica e social do Brasil em 2015, foi marcada por uma profunda crise política e econômica, intensificada pela operação Lava Jato e pela crescente polarização política. Esse cenário criou um terreno fértil para o surgimento de discursos autoritários, que buscavam simplificar a complexidade

dos problemas enfrentados pelo país, frequentemente apontando supostos culpados pela crise. Nesse contexto, as redes sociais desempenharam uma posição estratégica na disseminação de ideias extremistas, facilitando a formação de bolhas de opinião. Essas bolhas expuseram determinados grupos apenas a ideias semelhantes às suas, contribuindo para a radicalização e a intolerância (SCARTEZINI, 2016).

De acordo com De Souza (2016), as manifestações de 2015, desempenharam uma função vital no processo que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, e na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018. O sentimento de antipetismo, consolidado como uma das principais pautas dos protestos, aliado à crise econômica e à instabilidade política, foram fatores determinantes para o desfecho do impeachment em 2016. Contudo, o processo foi marcado por intensos conflitos e polarizações políticas, evidenciando a ausência de consenso e diálogo entre as forças políticas (BUCCI, 2016).

Em 2017, as manifestações no Brasil refletiram uma mudança significativa no cenário político, com destaque para o movimento conhecido como '*MBL*' (Movimento Brasil Livre). Esse período foi marcado pelo surgimento de uma neodireita, que buscava disputar o campo cultural e dos valores, diferenciando-se das manifestações de 2013, que apresentavam pautas mais difusas e heterogêneas. As manifestações de 2017, por sua vez, foram caracterizadas por símbolos como as caras pintadas de verde e amarelo e por uma pauta clara e definida: o discurso antipetista. Esse discurso não apenas reforçou a polarização política, mas também mobilizou a população a ir às ruas, frequentemente se materializando em

discursos de ódio e intolerância, especialmente contra pautas de gênero e direitos LGBTQI+ (GALLEGO et al, 2017).

No ano seguinte, as manifestações de 2018 exerceram uma influência significativa na eleição presidencial daquele ano, marcando o surgimento de novos atores políticos e transformando as dinâmicas eleitorais. Esse período foi caracterizado pela intensificação da polarização entre esquerda e direita, que moldou o cenário político do país. Por um lado, as manifestações tiveram um impacto positivo ao estimular a participação política e fomentar o debate público. Por outro, contribuíram para o enfraquecimento da confiança na democracia representativa e nas instituições políticas tradicionais, evidenciando os desafios enfrentados pelo sistema democrático brasileiro (FREITAS e SILVA, 2019).

As eleições de 2018, disputadas no segundo turno entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, marcaram um ponto crucial na intensificação da polarização política no Brasil. Redes sociais desempenharam uma contribuição indispensável nesse processo, sendo utilizadas para construir a imagem dos candidatos e disseminar suas propostas e discursos. Essa dinâmica possibilitou o surgimento de estratégias de comunicação inovadoras, que ampliaram o alcance dos candidatos junto ao eleitorado.

Contudo, a campanha também foi marcada pelo uso excessivo de informações falsas e discursos de ódio, levantando preocupações sobre o impacto das redes sociais no processo eleitoral. Essa polarização política, aliada ao uso abusivo das plataformas digitais, representou um desafio significativo para a democracia brasileira, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam a transparência e garantam o uso responsável das tecnologias de

informação e comunicação (RUEDIGER e GRASSI, 2018).

Durante o período eleitoral de 2018, o Brasil presenciou um aumento expressivo nas manifestações antifascistas, impulsionadas pela retórica exacerbada da extrema-direita. Pela primeira vez desde a redemocratização, um candidato à presidência apresentou um discurso autoritário, sob o lema 'Deus, Pátria, Família' que remete ao slogan utilizado pelo Integralismo no Brasil. O discurso era marcado por intolerância e violência, com claras intenções de enfraquecer a democracia e instaurar um regime autoritário no país. Nesse contexto, movimentos de extrema-direita apresentaram características associadas ao fascismo e ao nazismo, como a militarização, o anticomunismo reiterado, o culto à figura do líder, o uso da violência como ferramenta política e o apelo ao nacionalismo exacerbado (MONTANINI, 2022).

Enquanto a neodireita se consolidava, movimentos de oposição também se organizaram, destacando-se as torcidas organizadas de futebol autodenominadas antifascistas. Essas torcidas, que operavam à margem da esquerda tradicional — como partidos políticos, sindicatos e outros movimentos —, apresentaram uma forma de mobilização social distinta, desafiando a retórica antipetista amplamente utilizada por grupos bolsonaristas. Compostas por indivíduos que não possuíam um perfil político tradicional, mas que se aliaram a grupos da esquerda convencional, essas torcidas organizadas surpreenderam ao emergir como atores relevantes no cenário político (HOLLANDA, 2022).

As torcidas organizadas responderam ao panorama social, cultural e político presente no futebol, em um contexto de avanço contínuo de pautas defendidas pelos setores mais conservadores da sociedade. Essas pautas,

agrupadas em torno do antipetismo, culminaram no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e na ascensão do bolsonarismo, que levou Jair Bolsonaro à presidência em 2018. Nesse cenário, as torcidas organizadas emergiram como atores relevantes, articulando resistências e posicionamentos políticos em um ambiente marcado por polarizações e tensões sociais (SANTOS, 2017 apud DE OLIVEIRA, 2021).

Embora as torcidas organizadas possuam diferentes formas de atuação, De Oliveira (2021) identifica quatro principais interações: 1) fora dos estádios, colaborando com movimentos como o feminista e o negro; 2) dentro dos estádios, combatendo comportamentos discriminatórios, como racismo, machismo e homofobia; 3) em ambos os contextos, organizando manifestações independentes, como por ingressos mais acessíveis ou em defesa de pautas políticas; 4) nas redes sociais, ampliando suas mensagens e consolidando identidades coletivas por meio de postagens relevantes para a luta antifascista.

Durante a pandemia de COVID-19, em maio de 2020, membros de torcidas organizadas e grupos antifascistas convocaram protestos contra o presidente Bolsonaro e o cenário político, econômico e social do Brasil. Em um contexto de crise sanitária, com mais de 29 mil mortes e 500 mil casos confirmados, essas manifestações expressaram insatisfação com a condução política durante a pandemia, reforçando a defesa de pautas antifascistas e valores democráticos (CATRACA LIVRE, 2020 apud DE OLIVEIRA, 2021).

Esses grupos inovaram nas formas de mobilização, priorizando interesses e objetivos comuns que incentivaram ações conjuntas, superando rivalidades. Embora a filiação a clubes permanecesse central para suas identidades, o

posicionamento político desempenhou um papel crucial na criação de laços, promovendo comunicação e compartilhamento de significados comuns (DE OLIVEIRA, 2021).

Ao aprofundarmos nossa análise sobre as manifestações antifascistas, é indispensável voltar nosso olhar ao surgimento do fascismo no cenário mundial. Compreender as origens dessa ideologia e os caminhos que levaram sua influência ao Brasil é crucial para decifrar as dinâmicas históricas e sociais que moldaram tanto os movimentos fascistas quanto os grupos de oposição antifascista. Esse panorama permitirá uma abordagem mais clara e fundamentada sobre o contexto em que as manifestações antifascistas emergiram no Brasil contemporâneo.

AS FACES DO FASCISMO

Para compreender as manifestações antifascistas no Brasil, é essencial investigar o surgimento do Fascismo e sua presença no país. Originado na Itália após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Fascismo (1919), liderado por Benito Mussolini, destacou-se pelo nacionalismo, militarismo e autoritarismo. Fatores como a crise econômica, a instabilidade democrática e o medo do comunismo impulsionaram sua difusão, influenciando diversos países, incluindo o Brasil.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Itália enfrentava uma grave crise econômica e social, acompanhada pelo temor da disseminação do comunismo, alimentado pela revolução soviética. Nesse cenário de instabilidade, Benito Mussolini fundou, em 1919, o Partido Nacional Fascista, inicialmente uma pequena milícia, introduzindo o termo 'Fascismo' para uma ideologia que se espalharia por diversos países (TRENTO, 1986). Reagindo às crises do período,

Mussolini e seus seguidores defendiam uma liderança autoritária como solução, configurando o fascismo como uma síntese de ideias políticas e filosóficas focadas no autoritarismo e na centralização do poder (ECO, 1997).

De acordo com Angelo Trento (1986), o fascismo é descrito como uma ideologia revolucionária com o objetivo de estabelecer uma nova ordem social e política, fundamentada em valores como autoridade, nacionalismo e anticomunismo. Caracterizava-se pela exaltação do nacionalismo, colocando a nação acima do indivíduo e promovendo a unificação e a grandeza como pilares centrais. Após a crise de 1929, o fascismo fortaleceu-se como um regime totalitário, rejeitando mudanças sociais e legitimando a violência como ferramenta política. Como destaca Bobbio, 'o fascismo trazia a violência no corpo. A violência era a sua ideologia' (BOBBIO, p. 27 apud SALATINI, 2012). Entre suas características estavam a veneração ao líder, a supressão da oposição, a censura à imprensa e a repressão às minorias, além da intervenção estatal na economia.

O fascismo, segundo Trento (1986) e Eco (1997), desprezava a ciência e rejeitava o intelectualismo, promovendo a manipulação de massas submissas ao evitar o pensamento crítico e independente. Esses traços encontram paralelos nas práticas e discursos de Bolsonaro (2018) e de seu eleitorado, que, adaptados ao contexto atual, revelam similaridades com ideologias do passado. Umberto Eco, em *Cinco Escritos Morais* (1997), destaca que, embora derrotado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o fascismo persiste na sociedade moderna. Para Eco (1997), o fascismo ainda representa uma ameaça séria, ressurgindo de forma sutil e disfarçada, o que exige constante vigilância contra regimes autoritários e populistas.

Movimentos de extrema-direita e grupos neofascistas permanecem ativos

em diversas partes do mundo, ressaltando a importância da luta contínua contra o fascismo. Para Eco (1997), essa resistência é fundamental para proteger a democracia e os direitos humanos, demandando vigilância, educação crítica e engajamento ativo dos cidadãos. Ele alerta que o 'fascismo eterno' representa uma ameaça constante, exigindo esforços contínuos para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

No Brasil, o fascismo tem despertado crescente interesse entre pesquisadores das Ciências Política e Sociais. Autores como Umberto Eco e Pedro Dória analisam os fatores históricos e políticos que impulsionaram o movimento fascista no país nas décadas de 1920 e 1930. Assim, compreender os elementos que marcaram o surgimento do fascismo no Brasil e a oposição histórica que ele enfrentou torna-se essencial, temas que serão abordados no próximo capítulo.

No Brasil, o fascismo encontrou sua expressão no Integralismo, surgido em 1932, que se adaptou ao contexto social e político do país, deixando um legado que ainda alimenta ideologias autoritárias atuais. Liderado por Plínio Salgado, o Integralismo inspirou-se no Fascismo italiano e no Nazismo alemão, promovendo um nacionalismo extremo sob o lema 'Deus, Pátria e Família', que refletia valores conservadores e religiosos. Durante a década de 1930, o movimento cresceu rapidamente, reunindo mais de 200 mil membros em todo o Brasil, com o objetivo de consolidar um Estado autoritário, centralizado e alinhado ao anticomunismo (CALDEIRA e PEREIRA, 2020; PINTO, 2023).

Na década de 1940, o Integralismo perdeu força, especialmente após o Brasil ingressar na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao lado dos Aliados. Durante esse período, o governo intensificou a repressão a movimentos de extrema-direita, culminando na proibição do Integralismo em 1942. Apesar disso,

o movimento exerceu influência na política brasileira nas décadas seguintes, com ex-membros ocupando cargos públicos, mas nunca alcançou a força da década de 30.

Pedro Dória, em *Fascismo à Brasileira* (2020), analisou a presença do Fascismo no Brasil, tanto no passado quanto no presente, argumentando, como Umberto Eco (1997), que o Fascismo é um fenômeno global que pode surgir em qualquer contexto histórico. Dória também discute como o fascismo se manifesta no Brasil contemporâneo, por meio de líderes políticos e movimentos que promovem violência e intolerância, contribuindo para a polarização política e social no país (DORIA, 2020).

Segundo Dória (2020), o fascismo encontrou terreno fértil no Brasil dos anos 1930, favorecido pela crise política e econômica que estimulou o nacionalismo e o desejo por ordem e progresso. Esse cenário sustentou uma ditadura de direita que consolidou o movimento fascista no país. Na atualidade, símbolos e práticas fascistas permanecem visíveis, intensificados por discursos de ódio, perseguição a minorias e o uso das redes sociais para disseminar ideologias extremistas, o que agrava a polarização política e social.

Deste modo, Dória (2020) enfatiza a importância da democracia e da resistência ativa ao fascismo como pilares para uma sociedade mais justa e igualitária. Ele defende que a luta contra o fascismo exige vigilância constante, engajamento da sociedade civil e o comprometimento das instituições para proteger os valores democráticos e garantir um futuro inclusivo para o Brasil.

RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA

No século XX, a expansão do fascismo pela Europa levou ao surgimento

de movimentos antifascistas, que se organizaram como resposta direta aos regimes autoritários, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Guiados por ideologias como o socialismo e o comunismo, esses movimentos lutaram pela liberdade e pelos direitos humanos, utilizando manifestações e greves como principais ferramentas de resistência.

Após a derrota do fascismo, o antifascismo evoluiu para uma ideologia mais ampla, incorporando a luta contra todas as formas de opressão e injustiça. Hoje, atua como uma ferramenta essencial no combate ao racismo, sexismo, homofobia e outras discriminações, conforme destacado por De Oliveira (2021).

No Brasil, as décadas de 1930 e 1940 marcaram o início da tradição antifascista, com movimentos políticos de esquerda, sindicatos e intelectuais se unindo para resistir ao Fascismo. Em 1933, foi fundada a Frente Antifascista de São Paulo, reunindo grupos e indivíduos com o objetivo comum de combater o Fascismo e outras opressões (CASTRO, 2016).

A partir de 1935, a resistência antifascista no Brasil fortaleceu-se com a criação de uma frente ampla de esquerda, culminando na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Essa organização assumiu papel de liderança no movimento antifascista, posicionando-se contra a Ação Integralista Brasileira (AIB) e defendendo propostas audaciosas, como a democratização do país, a redistribuição de terras e a estatização de empresas estrangeiras. O programa da ANL também incluía medidas como o cancelamento das dívidas com nações estrangeiras, a garantia das liberdades públicas, a reforma agrária em benefício dos camponeses e a busca pela independência econômica e política em relação às potências estrangeiras (CASTRO, 2002; ZIMBARG, 2001; PANDOLFI, 2004).

Contudo, a ascensão da ANL foi severamente reprimida pelo governo de

Vargas, que viu na organização uma ameaça ao regime autoritário do Estado Novo, em 1937. Esse regime de exceção suspendeu direitos constitucionais e liberdade de expressão, além de prender e exilar líderes da ANL, marcando uma ruptura nas mobilizações antifascistas, que, entretanto, permaneceram como símbolos de resistência democrática (MOTTA, 2002).

Na década de 60, a luta contra o fascismo no país intensificou-se com a formação de grupos guerrilheiros voltados à derrubada da ditadura militar e à construção de um Estado socialista. Já nos anos 80, durante o processo de abertura política, o antifascismo consolidou-se como uma força significativa, resistindo às tentativas de reabilitação de grupos fascistas e neonazistas no país (GIUSTI, 2020).

Nos últimos anos, a polarização política, intensificada desde 2013, evidenciou o crescimento da insatisfação política e o surgimento de uma nova extrema-direita no Brasil. Grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e os '300 do Brasil' reforçaram a urgência da resistência antifascista no país.

Marcelo Buzetto, em seu artigo *"A resistência antifascista e as lutas sociais contemporâneas: lições da história"* (2021), analisa o legado histórico do antifascismo e sua relevância na defesa contra o autoritarismo. Ele destaca a preservação da memória histórica como ferramenta crucial para enfrentar ameaças à democracia, apontando como as lições do passado podem guiar as lutas sociais no presente.

Buzetto (2021) destaca que, além da preservação da memória histórica, a união das lutas sociais é essencial para enfrentar as ameaças à democracia. A resistência antifascista, composta por comunistas, socialistas e anarquistas, desempenhou um papel crucial na derrota do fascismo, tornando-se um exemplo

de oposição eficaz a regimes autoritários.

O autor argumenta que as lutas sociais contemporâneas são uma continuidade dessa resistência, enfatizando a necessidade de união para combater ameaças à democracia. Ele ressalta o combate ao racismo, sexismo e outras formas de discriminação como pilares centrais do antifascismo atual, citando movimentos sociais na América Latina e a oposição aos governos de Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil como exemplos dessa luta.

Buzetto (2021) destaca que a organização popular, a solidariedade internacional e a construção de uma frente ampla contra o autoritarismo são fundamentais para a resistência antifascista contemporânea. Esses elementos são cruciais para enfrentar ameaças autoritárias e promover um projeto político democrático e popular, voltado ao combate às desigualdades sociais e econômicas, além de garantir direitos a todos os cidadãos. Assim, a resistência antifascista é, antes de tudo, um esforço por uma sociedade mais justa e igualitária, sendo prioridade para os defensores da democracia e dos direitos humanos.

No entanto, no Brasil, os movimentos antifascistas enfrentam desafios como a opressão estatal e a falta de apoio de setores mais conservadores. Apesar disso, a resistência antifascista mantém forte vínculo com os movimentos de esquerda, que historicamente lideram a oposição a regimes autoritários. Ainda assim, o antifascismo transcende barreiras ideológicas, sendo abraçado por pessoas de diferentes orientações políticas e culturais, unidas pela defesa da liberdade, igualdade e justiça.

Entre 2018 e 2020, os movimentos antifascistas no Brasil destacaram-se pela oposição ao racismo, sexismo, homofobia e intolerância religiosa. Apesar de

enfrentarem desafios como a repressão estatal e a ausência de suporte de setores conservadores, esses movimentos mostraram crescente organização, consolidando sua importância no panorama político e social brasileiro. Hoje, o antifascismo transcende o campo ideológico, consolidando-se como uma prática política e social em defesa de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

No Brasil contemporâneo, o antifascismo assumiu um papel crucial na proteção dos direitos humanos e da democracia, combatendo sistemas opressivos e discursos que perpetuam desigualdades, além de confrontar diretamente expressões de autoritarismo e violência social.

Entre as iniciativas que se destacaram, merece menção o grupo *Hardcore Contra o Fascismo* (2018-2021), uma organização artística independente ligada à produção musical que encontrou na arte uma poderosa forma de resistência através das redes sociais. Utilizando o hardcore (rock) como expressão, o grupo não apenas denunciou as injustiças, mas também engajou comunidades e amplificou as vozes das minorias.

Assim, os movimentos antifascistas brasileiros demonstraram que a luta por justiça social pode se manifestar em múltiplas frentes, seja por meio de atos de protesto ou de expressões culturais, reafirmando a importância da ação coletiva no enfrentamento de estruturas de opressão.

CONCLUSÃO

As manifestações antifascistas no Brasil entre 2018-2020 simbolizam a continuidade de um processo de crise de representatividade iniciado em junho de 2013. Fundamentadas nas teorias da ***Democracia Participativa*** e da ***Participação Política***, essas mobilizações refletiram o descontentamento da sociedade civil em

relação a democracia participativa, evidenciado em cartazes e discursos que apontavam a falta de representatividade política naquele momento histórico.

Inicialmente sem um posicionamento ideológico definido, as manifestações de 2013 destacaram a participação ativa e direta da população na esfera pública, buscando reafirmar os interesses populares. Contudo, a partir de 2014, o cenário político mudou, com o surgimento de grupos conservadores insatisfeitos com o governo de orientação centro-esquerda, vigente desde 2002, transformando o panorama das mobilizações no país.

A ***Teoria das Elites*** ofereceu uma perspectiva útil para entender a crise de representatividade política no Brasil, ao mostrar como uma mesma elite se manteve no poder por 14 anos. Com o fortalecimento de uma neodireita em 2014, os movimentos opositores também ganharam relevância, destacando a importância do antifascismo como reação ao avanço do 'neofascismo'.

Umberto Eco (1997) alertou para a necessidade de reconhecer as características do fascismo, a fim de construir respostas eficazes contra regimes autoritários e populistas. Esse chamado permanece atual, especialmente diante do crescimento de movimentos de extrema-direita ao redor do mundo. No Brasil, 2014 marcou o início do ressurgimento da neodireita, que, embora inicial, indicava um ponto de virada crucial para sua consolidação, alcançando maior força em 2018. A luta antifascista, nesse contexto, reafirma-se como essencial para proteger a democracia e os direitos humanos.

Para uma compreensão mais ampla das manifestações antifascistas no Brasil (2018-2020), é indispensável articular a ***Teoria das Elites*** com as abordagens dos ***Movimentos Sociais*** e da ***Ação Coletiva***, que se complementam, fornecendo uma visão

abrangente das dinâmicas políticas contemporâneas. Conforme Tilly (2017), os movimentos sociais surgem de conflitos entre elites políticas e grupos marginalizados, frequentemente motivados pela exclusão social e econômica, o que impulsionou a busca por maior participação e inclusão na sociedade.

Esses movimentos sociais utilizam um repertório variado de ações, como protestos, greves e ocupações, moldados pela cultura política e experiências históricas de seus participantes (TARROW, 2022). A ***Teoria da Ação Coletiva*** reforçou que grupos organizados tendem a obter maior sucesso na realização de seus objetivos, já que a organização favorece incentivos claros, otimização de recursos e ações estratégicas. Nesse sentido, as manifestações coletivas mostram-se mais eficazes do que iniciativas individuais, ressaltando a importância da coesão e do alinhamento para a eficácia dos movimentos sociais.

Conforme observado por Olson (1999), à medida que os grupos cresceram, desafios relacionados à motivação dos membros comprometeram a eficácia da ação coletiva, como observado no Brasil a partir de 2014, quando os protestos perderam parte de sua repercussão em comparação às mobilizações de junho de 2013.

No contexto das manifestações antifascistas, seus primeiros sinais surgiram em 2017, em resposta à ascensão da neodireita e ao apoio crescente ao então candidato Jair Bolsonaro. Com um discurso marcado por machismo, sexismo e homofobia, e sob o lema 'Deus, Pátria e Família', Bolsonaro apresentou similaridades com o movimento Integralista, como discutido no capítulo anterior.

Diante desse cenário, a resistência antifascistas emergiu para defender valores democráticos e resistir ao avanço de ideias autoritárias e discriminatórias.

Impulsionados por crenças compartilhadas e solidariedade ativa com minorias oprimidas, esses movimentos, fundamentados na ***Teoria da Ação Coletiva***, demonstraram que a mobilização coletiva pode promover mudanças significativas e fortalecer a defesa da democracia de acordo.

As manifestações antifascistas no Brasil emergiram como uma resposta a interesses compartilhados, baseando-se na percepção de que a ação coletiva pode impulsionar mudanças significativas na sociedade, segundo Aytaç e Stokes (2019). Esses movimentos reuniram uma diversidade de grupos sociais e políticos, incluindo jovens ativistas, sindicalistas, estudantes, minorias marginalizadas, intelectuais, artistas e coletivos de esquerda, como socialistas, comunistas e anarquistas.

Dentre as iniciativas destacaram-se as torcidas organizadas antifascistas, que introduziram formas inovadoras de mobilização, juntamente com movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIA+. Um exemplo notável foi o grupo Hardcore Contra o Fascismo, que mobilizou ações em várias capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Belo Horizonte. Guiado por valores e crenças compartilhados, o movimento evidenciou a solidariedade com outras minorias oprimidas, ao mesmo tempo em que defendia ativamente a democracia e os direitos humanos.

Dessa forma, as cinco teorias analisadas ao longo deste trabalho — *Democracia Participativa, Participação Política, Teoria das Elites, Movimentos Sociais e Ação Coletiva* — oferecem um robusto arcabouço teórico para compreender as Manifestações Antifascistas Brasileiras (2018-2020). O diálogo entre essas abordagens proporciona uma interpretação abrangente das motivações e dinâmicas desses movimentos, cujo objetivo é resistir à ascensão do

neofascismo, à perpetuação de regimes autoritários e à defesa dos valores fundamentais da democracia.

Ao integrar as discussões teóricas com os contextos históricos e atuais do Brasil, constatou-se que o antifascismo vai além de uma simples reação a regimes fascistas. Ele se traduz em uma prática contínua de defesa da democracia e dos direitos humanos, enfrentando formas variadas de opressão, mesmo diante dos desafios impostos por forças neoconservadoras e reacionárias que buscam marginalizar setores da sociedade.

Esse cenário ressalta a centralidade do pluralismo de visões para a sustentação do Estado democrático de direito. A abertura ao debate e à liberdade de expressão são fundamentais, desde que garantam o pleno exercício de grupos subalternizados e não-hegemônicos. Conforme apontado na ***Teoria da Ação Coletiva*** por Olson (1999), a organização estratégica é essencial para fortalecer a eficácia das mobilizações antifascistas, tornando suas demandas mais concretas e impactantes.

Em síntese, as mobilizações antifascistas no Brasil (2018-2020) reafirmam que a democracia é uma conquista contínua, exigindo constante defesa e vigilância. As análises apresentadas neste estudo, fundamentadas em diversas teorias, destacam a importância de um engajamento ativo e informado na luta contra o autoritarismo, visando construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Que este trabalho não apenas contribua para a compreensão crítica do passado, mas também inspire a edificação de um futuro democrático e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. *et al.* **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

ARISTÓTELES. **Política**. 1ed. Coleção Filosofia, 2019.

AYTAÇ, S. Erdem; STOKES, Susan C. **Why bother?: Rethinking participation in elections and protests**. Cambridge University Press, 2019.

BIANCHI, Alvaro. **Pareto, Mosca e a metodologia de uma nova ciência política.** Revista Brasileira de Ciência Política, p. 167-197, 2016.

BOBBIO, Noberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos.** Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução de Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. Editora Companhia das Letras, 2016.

BUZETTO, Marcelo. **A resistência antifascista e as lutas sociais contemporâneas: lições da história.** Lutas Sociais, v. 25, n. 47, p. 198-212, 2021.

CALDEIRA NETO, Odilon; PEREIRA GONÇALVES, Leandro. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

CARDOSO, Gustavo; FÁTIMA, B. Di. **Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou?.** Revista ECO-Pós, n. 2, p. 143-176, 2013.

CERREIA, NATHALIA BORGES. **As Torcidas Antifascistas No Brasil: Um Estudo Sobre O Ativismo Online Nas Eleições Presidenciais De 2018.** Orientador: Felipe de Moraes Borba. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP, Centro De Ciências Jurídicas E Políticas – CCJP, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/13235/Cerreia,%20Nathalia.%20AS%20TORCIDAS%20ANTIFASCISTAS%20NO%20BRASIL%20-%20UM%20ESTUDO%20SOBRE%20O%20ATIVISMO%20ONLINE%20NAS%20ELEI%C3%87%C3%95ES%20PRESIDENCIAIS%20DE%202018.pdf?sequence=1. Acesso em: 19 abr. 2023.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

CASTRO, R. F. **Frente única antifascista: manifesto de fundação (2 de julho de 1933).** Marx e o Marxismo, Niterói, v. 3, p. 333-338, 2016.

_____, Ricardo Figueiredo de. **A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 3, p. 354-388, 2002.

COHEN, Joshua. **Deliberation and democratic legitimacy.** In: Debates in contemporary political philosophy. Routledge, 2005. p. 352-370.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Editora Vozes Limitada, 2014.

DAHL, R**. Democracia e seus críticos**. Tradução: Patrícia de F. Ribeiro. 1ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DALVA FRAZÃO. **Ebiografia. Pernambuco: Biografia de Norberto Bobbio**, 2017. Disponível em: https://www.ebiografia.com/norberto_bobbio/. Acesso em: 26

abr. 2023.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Los movimientos sociales**. CIS, 2011.

DE OLIVEIRA, Eric Monné Fraga. **O ópio do povo? O futebol e as manifestações políticas no Brasil entre 2013 e 2020**. Sociedade e Cultura, v. 24, 2021.

DE OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. Boitempo editorial, 2015.

DE SOUZA, Cláudio André. **Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015.** Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política Ano VIII, Número III, Maio 2016, p. 35, 2016.

DEWEY, John; ROGERS, Melvin L. **The public and its problems: An essay in political inquiry**. Penn State Press, 2012.

DORIA, Pedro. **Fascismo à brasileira: como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo**. Planeta Estratégia, 2020.

DURÃO, Aylton Barbieri. **Habermas: os fundamentos do estado democrático de direito**. Trans/form/ação, v. 32, p. 119-137, 2009.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. 1ª Ed. Lúmen, Bompiani, 1997.

FREITAS, Andréa; SILVA, GLAUCO PERES DA. **Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil: buscando uma abordagem institucional.** Novos estudos CEBRAP, v. 38, p. 137-155, 2019.

FUNG, Archon. **Empowered participation: Reinventing urban democracy**. Princeton University Press, 2009.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. **Guerras culturais" e "populismo anti-petista" nas ruas de 2017.** Notas–Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, n. 10, 2017.

GIUSTI, Iran. **Perguntamos para um especialista o que é Antifascismo e o que precisamos saber sobre.** https://www.casaum.org/perguntamos-para-um-especialista-o-que-e-antifascismo-e-o-que-precisamos-saber-sobre/, 2020.

HABERMAS, J. **Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia**. Editora Unesp, 2022.

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. **Qual o papel político das torcidas organizadas no Brasil.** Nexo Jornal, 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LIMA, Bruno Morais Avelar. **As manifestações de junho de 2013 e a representação política.** Orientador: Andityas Soares de Moura Costa Matos. 20-Ago-2018. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 20- Ago-2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B9HJLL. Acesso em: 2 abr. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. **Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo.** Lua Nova: Revista de

Cultura e Política, p. 83-118, 2017.

MILLS, C. W. **A Elite do Poder**. Oxford University, Nova York, 1981.

MONTANINI, Marcelo. **O que há de nazifascista no bolsonarismo**. Nexo Jornal, 2022.

MOSCA, Gaetano. **A classe dirigente**. 1966.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A**" Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra**. Tempo, n. 13, p. 189-207, 2002.

NORRIS, Pippa et al. **Democratic phoenix: Reinventing political activism**. Cambridge University Press, 2002.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**. São Paulo: Vozes, v. 1, 2010.

PALASSI FILHO, Arlindo. **Teoria contemporânea da democracia: as visões de Schumpeter e Dahl. Em Tese**, v. 13, n. 2, p. 127-141, 2016.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935**. 2004.

PARETO, Vilfredo. **A transformação da Democracia**. Leya, 2019.

PATEMAN, Carole. **Participatory democracy revisited. Perspectives on politics**, v.10, n. 1, p. 7-19, 2012.

_____, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PLATÃO. **A República**. Tradução: Fábio M. Santos. 1 ed. São Paulo: Ciranda Cultural, 2021.

PERUZZO, Cicilia. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou"**. **Matrizes**, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. Planeta Estratégia, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 119-153, 2017.

PINTO, Tales dos Santos. "**O que é Integralismo?"**; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-integralismo.htm, 2023.

PLEYERS, Geoffrey et al. **Junho de 2013… dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil**. Nova sociedade, v. 2015, p. 4, 2015.

ROMAO, Wagner de Melo. **#naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014**. Revista Agenda Política, p. 152-167, 2014.

RUEDIGER, Marco Aurélio; GRASSI, Amaro. **Redes sociais nas eleições 2018**. 2018.

SALATINI, R. Norberto Bobbio - **Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas. Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 1, p. 361–371, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1547. Acesso em: 26 abr. 2023.

SCARTEZINI, Natalia. **A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil.** Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 20, 2016.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia** (Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo). São Pulo: Editora Unesp, 2017.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia E Criminalização Dos Movimentos Sociais No Brasil: As Manifestações De Junho De 2013**. Revista de Políticas **Públicas**, São Luís, Brasil: Universidade Federal do Maranhão, ed. 19, ano 2015, p. 393- 402, Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3211/321143695003.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Novos estudos CEBRAP, p. 23-40, 2013.

TARROW, Sidney. **Power in movement**. Cambridge university press, 2022.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution. In: Collective violence, contentious politics, and social change**. Routledge, 2017. p. 71-91.

TRENTO, A. **Fascismo italiano**. São Paulo. Editora Ática, 1986.

WEBER, M. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**, volume 2. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: UNB, 2004.

WIRTH, Leo; HAMEL, Marcio Renan. **Democracia participativa e desenvolvimento**. Desenvolvimento em Questão, v. 4, n. 7, p. 153-168, 2006.

ZIMBARG, Luís Alberto. **O cidadão armado comunismo e tenentismo (1927-1945)**. 2001.